

**CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS
DIRETORIA DE SUPERVISÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 11893.100862/2021-83

INTIMADOS: RBM - RECUPERADORA BRASILEIRA DE METAIS S/A, CNPJ 12.698.756/0001-35; e VALDEMIR DE MELO JÚNIOR, CPF 030.345.749-08.

MOTIVO: Devolução pelo serviço postal de anterior(es) ofício(s) que se tentou encaminhar aos ora intimados.

FINALIDADE: Intimar as partes interessadas acima indicadas da instauração, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Processo Administrativo Sancionador (PAS) referido em epígrafe, para que, querendo, nele apresentem defesa, podendo fazê-lo, por dirigente com poderes de representação, no caso da pessoa jurídica ora intimada, pessoalmente, no caso da pessoa física ora intimada, ou por intermédio de procurador(es) devidamente constituído(s), em qualquer caso, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital, tendo em vista as conclusões alcançadas por averiguação preliminar iniciada em 8 de fevereiro de 2021 para fiscalizar a observância, no âmbito da empresa ora intimada, da qual a pessoa física ora igualmente intimada figurava como administrador à época dos fatos averiguados, dos seus deveres regulamentados nos termos da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012, conclusões essas no sentido de se imputar à referida empresa e aos seus administradores as infrações a seguir descritas: (i) falha na identificação de clientes e na manutenção de seu cadastro conforme instruções da autoridade competente, com infração ao art. 10, inciso I e § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como ao art. 4º, incisos I, alínea "c", e II, alínea "c", da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (ii) falha na manutenção do devido registro de operações, com infração ao art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, e ao art. 8º, incisos I a VI, da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (iii) não comunicação ao Coaf, via Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), de operações que lhe deviam ter sido comunicadas por terem envolvido pagamento em espécie em valor que ultrapassou limite fixado na legislação, com infração ao art. 11, inciso II, alínea "a", da Lei nº 9.613, de 1998, e aos arts. 9º, inciso I, e 12 da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (iv) não comunicação ao Coaf, via Siscoaf, de operação que lhe devia ter sido comunicada pelo fato de que podia constituir-se em sério indício de crime previsto na Lei nº 9.613, de 1998, ou com ele se relacionar, com infração ao art. 11, inciso II, alínea "b", da Lei nº 9.613, de 1998, e aos arts. 3º, 10 e 12 da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (v) não atendimento a requisições do Coaf na forma e nas condições estabelecidas, com infração ao art. 10, inciso V, da Lei nº 9.613, de 1998, e ao art. 20 da Resolução Coaf nº 23, de 2012; e (vi) deficiência na implementação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), com infração ao art. 10, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998, e aos arts. 2º a 12 e 20 da Resolução Coaf nº 23, de 2012. Os autos digitais do processo instaurado estão à disposição da pessoa física ora intimada, de representante(s) da pessoa jurídica ora intimada ou de seu(s) procurador(es) devidamente constituído(s), podendo ser acessados: (a) pela internet, mediante cadastramento de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), na forma do art. 3º da Portaria Coaf nº 13, de 30 de agosto de 2021, e das orientações constantes no seguinte endereço eletrônico disponibilizado no portal do Coaf (<https://www.gov.br/coaf>), pela área "Processos Administrativos Sancionadores" de sua primeira página, mediante acionamento do botão "Cadastro de Usuário Externo (SEI)": <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>; ou (b) na sede do Coaf, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 2, Conjunto 31, Lotes 1A e 1B, Edifício UniBC, 2º andar, CEP 70200-002, Brasília/DF, nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, mediante prévio agendamento a ser solicitado pelo e-mail copad@coaf.gov.br. O Processo Administrativo Sancionador, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente de comparecimento ou manifestação de parte(s) intimada(s).

Brasília-DF, 24 de agosto de 2022
RAFAEL BEZERRA XIMENES DE VASCONCELOS
Diretor de Supervisão

EDITAL DE INTIMAÇÃO

INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 11893.100857/2021-71

INTIMADO: VALDEMIR DE MELO JÚNIOR, CPF 030.345.749-08.

MOTIVO: Devolução pelo serviço postal anterior(es) ofício(s) que se tentou encaminhar ao ora intimado.

FINALIDADE: Intimar a parte interessada acima indicada da instauração, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Processo Administrativo Sancionador (PAS) referido em epígrafe, para que, querendo, nele apresente defesa, podendo fazê-lo, pessoalmente ou por intermédio de procurador(es) devidamente constituído(s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital, tendo em vista as conclusões alcançadas por averiguação preliminar iniciada em 8 de fevereiro de 2021 para fiscalizar a observância, no âmbito da empresa Real Brasil Metais Ltda., CNPJ 18.803.546/0001-46, da qual o ora intimado figurava como administrador à época dos fatos averiguados, dos seus deveres regulamentados nos termos da Resolução Coaf nº 23, de 20 de dezembro de 2012, no sentido de se imputar à referida empresa e aos seus administradores as infrações a seguir descritas: (i) falha na identificação de clientes e na manutenção de seu cadastro conforme instruções da autoridade competente, com infração ao art. 10, inciso I e § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, bem como ao art. 4º, incisos I, alínea "c", e II, alínea "c", da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (ii) falha na manutenção do devido registro de operações, com infração ao art. 10, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998, e ao art. 8º, incisos I, II e VI, da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (iii) não comunicação ao Coaf, via Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf), de operações que lhe deviam ter sido comunicadas por terem envolvido pagamento em espécie em valor que ultrapassou limite fixado na legislação, com infração ao art. 11, inciso II, alínea "a", da Lei nº 9.613, de 1998, e ao art. 9º, inciso I, da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (iv) não comunicação ao Coaf, via Siscoaf, de operação que lhe devia ter sido comunicada pelo fato de que podia constituir-se em sério indício de crime previsto na Lei nº 9.613, de 1998, ou com ele se relacionar, com infração ao art. 11, inciso II, alínea "b", da Lei nº 9.613, de 1998, e aos arts. 3º, 10 e 12 da Resolução Coaf nº 23, de 2012; (v) intempestividade na comunicação de operações ao Coaf, com infração ao art. 11, inciso II, da Lei nº 9.613, de 1998; (vi) não atendimento a requisições do Coaf na forma e nas condições estabelecidas, com infração ao art. 10, inciso V, da Lei nº 9.613, de 1998, e ao art. 20 da Resolução Coaf nº 23, de 2012; e (vii) deficiência na implementação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), com infração ao art. 10, inciso III, da Lei nº 9.613, de 1998, e aos arts. 2º, 4º a 10 e 20 da Resolução Coaf nº 23, de 2012. Os autos digitais do processo instaurado estão à disposição do intimado ou de procurador(es) devidamente constituído(s), podendo ser acessados: (a) pela internet, mediante cadastramento de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), na forma do art. 3º da Portaria Coaf nº 13, de 30 de agosto de 2021, e das orientações constantes no seguinte endereço eletrônico disponibilizado no portal do Coaf (<https://www.gov.br/coaf>), pela área "Processos Administrativos Sancionadores" de sua primeira página, mediante acionamento do botão "Cadastro de Usuário Externo (SEI)": <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/usuario-externo-1>; ou (b) na sede do Coaf, localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 2, Conjunto 31, Lotes 1A e 1B, Edifício UniBC, 2º andar, CEP 70200-002, Brasília/DF, nos dias úteis, das 9h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, mediante prévio agendamento a ser solicitado pelo e-mail copad@coaf.gov.br. O Processo Administrativo Sancionador, em cujo prosseguimento são assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação de parte(s) intimada(s).

Brasília-DF, 24 de agosto de 2022.
RAFAEL BEZERRA XIMENES DE VASCONCELOS
Diretor de Supervisão

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 15/2021

Processo: 19.00.6150.0002639/2022-53. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI. CNPJ: 17.764.365/0001-95. Finalidade: Revisar, a partir de 29 de junho de 2022, o valor dos Uniformes, do EPI's e EPI's COVID da planilha de custos de todos os postos de trabalho do Contrato CNMP nº 15/2021, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993. Valor do Termo: R\$ 18.894,41 (dezoito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos). Data de Assinatura: 14/9/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.37.01 (Apoio administrativo, técnico e operacional), 3.3.9.0.37.02 (Limpeza e conservação) e 3.3.9.0.37.06 (Manutenção e conservação de bens móveis). Nota de Empenho: 2022NE000106. Signatário da Contratante: FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA, CPF nº XXX.196.836-XX. Signatário da Contratada: JOSÉ FERNANDO BATISTA PEREIRA, CPF nº XXX.543.961-XX.

**AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO Nº 20/2022**

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 06/09/2022. Entrega das Propostas: a partir de 06/09/2022, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/09/2022, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de computação em nuvem, por 36 meses, com serviços técnicos especializados, suporte técnico e treinamento da plataforma, para atender as necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

MARCIEL RUBENS DA SILVA
Pregoeiro

(SIDE - 15/09/2022) 590001-00001-2022NE000999

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No uso da competência atribuída pelo art. 1º, inciso IV, da Portaria CNMP nº 57, de 27 de maio de 2016, e nos termos da autorização da Ordenadora de Despesas Substituta Subdelegada (0683024), ratifica-se a contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, da Pessoa Jurídica Accademia Juris Roma, para prestação de serviço de treinamento externo intitulado "Proteção de vítimas criminais: estudo comparado Europa-Brasil", a ser realizado entre os dias 26 e 30 de setembro de 2022, na modalidade presencial em Roma-ITA, com carga horária de 25 horas-aula, no valor total de 1.200€ (mil e duzentos euros). Processo SEI nº 19.00.81522.0006204/2022-48.

CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO
Secretário-Geral do CNMP

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.433/2022

Termo de Credenciamento nº 1433/2022 (PR-PB-00018811/2022), celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CLIM HOSPITAL GERAL LTDA, CNPJ 41.226.432/0001-00. Objeto: A prestação de Serviços MÉDICO-HOSPITALARES. Processo: 1.24.000.001536/2021-98. Elemento de Despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho n.º 03.301.0031.2004.0001. Nota de Empenho/MPF/PR/PB n.º 2022NE000056 de 03/02/2022. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho n.º 03.301.0031.2004.0001. Nota de Empenho/MPT/PRT/PB 13ª REGIÃO n.º 2022NE000035 de 23/02/2022. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho n.º 03.301.0031.2004.0001. Nota de Empenho/MPM/DF n.º 2022NE000024 de 03/01/2022. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho n.º 03.301.0031.2004.0053. Nota de Empenho/MPDFT n.º 2022NE000157 de 08/03/2022. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho n.º 03.301.0031.2004.5664. Nota de Empenho/CNMP n.º 2022NE000160 de 08/03/2022. Vigência: 31/08/2022 a 30/08/2027. Assinaturas: pelo Credenciante: SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL, pela Credenciada: ELMO LOPES FERNANDES, CPF 028.689.684-22, RODRIGO GUERRA MUMME, CPF 100.424.887-37, representantes do CLIM HOSPITAL GERAL LTDA.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.547/2022

Termo de Credenciamento nº 1547/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a FISIOTERAPIA EBENEZER EIRELI (CNPJ: 28.152.318/0001-07) para prestação de serviços paramédicos. PGEA: 1.00.000.010994/2022-31. Vigência: 14/09/2022 a 13/09/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado SANDRA APARECIDA DA SILVA GODOI (Administradora).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.545/2022

Termo de Credenciamento nº 1545/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ACOLHE PEDIATRIA E PSICOLOGIA LTDA (CNPJ: 44.539.894/0001-88) para prestação de serviços paramédicos. PGEA: 1.00.000.011349/2022-35. Vigência: 14/09/2022 a 13/09/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado CONSTANCE SOARES PIMENTEL (Administradora).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.551/2022

Termo de Credenciamento nº 1551/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ÁPICE ODONTOLOGIA LTDA (CNPJ: 37.904.494/0001-49) para prestação de serviços odontológicos. PGEA: 1.00.000.009842/2022-95. Vigência: 14/09/2022 a 13/09/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado IGOR MACHADO RIBEIRO (Administrador).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.552/2022

Termo de Credenciamento nº 1552/2022, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a SANCLIN - CLÍNICA GINECOLÓGICA E OBSTÉTRICA LTDA (CNPJ: 11.212.018/0001-73) para prestação de serviços médicos e paramédicos. PGEA: 1.00.000.009638/2022-74. Vigência: 14/09/2022 a 13/09/2027. Assinatura: pelo Credenciante SONIA MARCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) e pelo Credenciado ADIEL ALECRIN (Administrador).



ESCOLA SUPERIOR**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022**

A Pregoeira da ESMPU torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 11/2022, em favor da empresa DFTI - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ n. 09.650.283/0001- 91, no valor de R\$ 327.500,00 (trezentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), para o Grupo 1 e R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), para o Grupo 2, no valor total de R\$418.500,00. Processo nº 0.01.000.1.001735/2022-37.

FLAVIA ESTEFANIA BORGES TEGOSHI
Chefe da Central de Licitações e Cotações Eletrônicas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2022 - UASG 200009**

Nº Processo: 08191096298202271. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Brigada Particular Contra Incêndio, para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de incêndio, controle do pânico e primeiros socorros, com o fornecimento de materiais de consumo necessários ao funcionamento da Brigada de Incêndio.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 16/09/2022 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 607, Ed. Sede do Mpdft, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-00053-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/09/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIASGnet - 15/09/2022) 200009-00001-2022NE000020

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Espécie: 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 027/SG/MPDFT/2019. Processo nº 08191.032355/2019-98. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO - RENAPSI; CNPJ: 37.381.902/0001-25. Objeto: 1. Prorrogar a vigência do contrato original por mais de 12 (doze) meses, a contar de 28/9/2022 até 27/9/2023, consoante o disposto em sua Cláusula Décima Segunda - Prazo da Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e 2) adequar o contrato aos termos da Lei nº 13.709, de 14/8/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993. Vigência: 28/09/2022 até 27/09/2023. Valor Anual Estimado: R\$ 466.769,52. Programa de Trabalho: 03062058142610053, Elemento de Despesa: 33903708. Nota de Empenho: 2022NE000115. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAÚJO, Secretário-Geral; CONTRATADA: ALINE DARIA FERREIRA PONTE, Procuradora. Data de assinatura MPDFT: 14/09/2022. Data de assinatura CONTRATADA: 14/09/2022.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS**

PREGÃO Nº 24/2022

A Secretaria de Administração do Ministério Público Federal torna público os preços constantes das Atas de Registro de Preços 8(A - C)/2022, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 24/2022, cujo objeto é aquisição de materiais a serem utilizados na Manutenção Hidrossanitária dos prédios da PGR e Anexos - materiais para os sistemas de água fria, esgoto, águas pluviais, combate a incêndio, irrigação, poço semi artesiano e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), no valor total de R\$ 40.603,71 (quarenta mil, seiscentos e três reais e setenta e um centavos). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura eletrônica do Ordenador de Despesa do Ministério Público Federal - MPF. FORNECEDORES: A3L COMÉRCIO VAREJISTA DE UTILIDADES LTDA, CNPJ: 30.911.535/0001-85 - R\$ 6.707,72; ARGOS LTDA, CNPJ: 42.262.411/0001-03 - Valor: R\$ 2.071,48 e FRONT COMERCIAL LTDA, CNPJ: 43.731.740/0001-00 - Valor: R\$ 31.082,20. Os preços e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparencia.mpf.mp.br.

DAVI LUCAS BOIS
Secretário de Administração adjunto

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 - UASG 200208**

Nº Processo: 1.01.283/2022-11. Objeto: Contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nas categorias de: AUXILIAR ADMINISTRATIVO NÍVEIS I e II, RECEPCIONISTA, TÉCNICO EM SECRETARIADO e ALMOXARIFE visando atender às necessidades da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 16/09/2022 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Sas Quadra 05 Bloco e Lote 08, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200208-5-00007-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/09/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ROSIMEIRE RUFINO DA ROCHA
Pregoeira

(SIASGnet - 15/09/2022) 200100-00001-2022NE000001

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2022

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2022, firmado em 14/09/2022 com a empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0007-62; Objeto: prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período de 12 meses, contado de 30/09/2022 a 29/09/2023, e reajuste de preços dos insumos, passando o valor mensal de R\$ 130.026,30 para R\$ 130.155,31, a partir de 26/07/2022; Fundamento legal: § 2º e inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, c/c as Cláusulas Décima Quarta e Vigésima Quinta do contrato; Processo: MPF/PRR1 nº 1.01.000.000224/2022-42; Cobertura Orçamentária: Elemento de Despesa 33.90.37, Programa de Trabalho Resumido: 172236; Nota de Empenho: 2022NE000092, de 24/06/2022; Signatários: pela Contratante, Miguel Eduardo Rodrigues Paiva Junior e, pela Contratada, Lindolpho Valentim Cunha Junior.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria Regional da República - 5ª Região e a FACULDADE DE OLINDA - FOCCA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 10/07/2022 a 09/07/2025 03 (três) anos. Assinam, em 12/09/2022, pela PRR 5ª Região, Sr Rafael Ribeiro Nogueira Filho, Chefe da PRR5, e pela FOCCA, a Sra. Maria Antonieta Alves Chiappetta, Diretora-Presidente.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRR5 Nº 15/2020

Contratantes: União/PRR-5ª Região e a Ambientalis Análises de Ambientes Ltda. CNPJ: 06.164.913/0001-20. Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 15/2020 por mais 12 (doze) meses, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, tendo início em 12/11/2022 e término em 11/11/2023 e reajustar o valor do contrato de acordo com a variação do IPCA/IBGE dos últimos doze meses, setembro/2021 a agosto/2022, conforme a Cláusula nona do Contrato e acordo entre as partes. Processo Administrativo nº 1.05.000.000178/2020-71. Assinam, em 14/09/2022, pela Contratante, Ana Cristina Cavalcanti de Melo, Secretária Regional Substituta, e pela Contratada, Wladimir Horn Hulse, representante legal.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRR5 Nº 16/2020

Contratantes: União/PRR-5ª Região e a Imediata Impermeabilizações e Serviços Ltda-ME, CNPJ: 10.363.235/0001-00. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 16/2020 por mais 12 (doze) meses, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, tendo início em 27/11/2022 e término em 26/11/2023 e reajustar o valor do contrato de acordo com a variação do IPCA/IBGE dos últimos doze meses, setembro/2021 a agosto/2022, conforme a Cláusula nona do Contrato e acordo entre as partes. Processo Administrativo nº 1.05.000.000195/2020-16. Assinam, em 14/09/2022, pela Contratante, Ana Cristina Cavalcanti de Melo, Secretária Regional Substituta, e pela Contratada, Andrea Márcia Martins Maurício, representante legal.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE - PR/AC e o INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF. Objeto: permitir o acesso à PR/AC, de forma segura e criptografada, com o uso de VPN ou através de plataforma web, ao (s) sistema(s) informatizado(s) do IDAF, em especial para acesso aos dados relacionados às guias de trânsito animal, fichas sanitárias de propriedade rural, ficha cadastral dos usuários e de outros sistemas disponíveis, via internet, limitando-se o acesso às consultas e impressão de dados necessários à instrução dos processos e procedimentos em trâmite na Procuradoria. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Data e assinatura: 18/04/2022. Signatários: pelo MPF/PR-AC, Ricardo Alexandre Souza Lagos, Procurador-Chefe; e pelo IDAF/AC, José Francisco Thum, Presidente. Etiqueta ÚNICO: PR-AC-00016335/2022.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS e a UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA. Objeto: Concessão de estágio não Obrigatório, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 ano(s). Data e assinatura: 15/09/2022. MICHÈLE DIZ Y GIL CORBI, Procuradora-Chefe da PR/AM e RAQUEL ARAÚJO BERNARDON, Representante Legal da Instituição de Ensino. Processo Administrativo 1.13.000.002296/2022-11.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL Nº 11, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022
II PROCESSO PÚBLICO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA
PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

A PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA DAREPÚBLICA EM MATO GROSSO, com fundamento na Portaria PGR/MPF nº603, de 07/10/2021, publicada no DOU - Seção 2, de 08/10/2021, resolve abrir o II PROCESSO PÚBLICO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA PRESTADOR DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO MO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MATO GROSSO, observadas as disposições constantes neste edital:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O processo seletivo se destina ao preenchimento de vagas de prestador de serviço voluntário para as unidades do Ministério Público Federal em Mato Grosso, mais especificamente para a Procuradoria da República em Mato Grosso, Procuradoria da República no Município de Barra do Garças e Procuradoria da República no Município de Rondonópolis.

1.1.1 Para a Procuradoria da República em Mato Grosso (PR-MT):

ÁREA	Administração
VAGAS	01 (uma)
REQUISITOS	Estudante, a partir do 4º semestre de Administração com idade mínima de 18 anos, ou graduado em Administração. Desejável conhecimento em gestão de processos e gestão de projetos.
ATRIBUIÇÕES	Auxiliar no levantamento de requisitos para mapeamento de processos de trabalho, auxiliar na descrição de fluxos de processos, auxiliar no levantamento de requisitos para projetos, auxiliar no acompanhamento de projetos, registro de informações em sistemas de informação.

ÁREA	Direito
VAGAS	01 (uma)
REQUISITOS	Estudante, a partir do 3º semestre de Direito com idade mínima de 18 anos, ou graduado em Direito.
ATRIBUIÇÕES	Assessorar Procurador da República, confecção de peças processuais, análise de procedimentos judiciais e extrajudiciais, acompanhamento de audiências judiciais e extrajudiciais.

1.1.2 Para a Procuradoria da República no Município de Barra do Garças (PRM-BDG):

ÁREA	Direito
VAGAS	02 (duas)
REQUISITOS	Estudante, a partir do 3º semestre de Direito com idade mínima de 18 anos, ou graduado em Direito.
ATRIBUIÇÕES	Assessor Procurador da República, confecção de peças processuais, análise de procedimentos judiciais e extrajudiciais, acompanhamento de audiências judiciais e extrajudiciais.

1.1.3 Para a Procuradoria da República no Município de Rondonópolis (PRM-ROO):

ÁREA	Direito
VAGAS	02 (duas)
REQUISITOS	Estudante, a partir do 3º semestre de Direito com idade mínima de 18 anos, ou graduado em Direito.
ATRIBUIÇÕES	Assessorar Procurador da República, confecção de peças processuais, análise de procedimentos judiciais e extrajudiciais, acompanhamento de audiências judiciais e extrajudiciais.

II- INSCRIÇÃO

2.1 Os interessados em se inscrever neste processo seletivo deverão encaminhar para o e-mail prmt-selecao@mpf.mp.br, no período de 19/09 a 09/10/2022, os documentos indicados no item 2.2.

2.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22 de novembro de 2017, que institui o Programa de Incentivo ao Voluntariado no Ministério Público Federal.

2.3 A Procuradoria da República em Mato Grosso não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.4 Para realizar as inscrições, os interessados deverão realizar cadastro no petição eletrônico:

2.4.1 Acessar o site www.peticonamento.mpf.mp.br;

2.4.2 Selecionar "Fazer pré-cadastro", preencher o formulário e incluir RG/ CPF/ Comprovante de residência;

2.4.3 Após o preenchimento clicar em "Confirmar pré-cadastro";

2.4.4 Será enviado a confirmação de cadastro pelo e-mail informado.

Observações:

a) O cadastro é pessoal, devendo ser realizado pelo próprio interessado. b) O cadastro somente será confirmado pelo MPF, após a conferência da documentação fornecida pelo interessado. c) Somente após a validação do cadastro no petição eletrônico será possível realizar a inscrição mediante encaminhamento da documentação, conforme descrito no item 2.5.

2.5 Documentos a serem encaminhados para realização da inscrição (de acordo com a orientação do item 2.6):

2.2.1. formulário específico, constante no ANEXO I;

2.2.2. cópia digitalizada do documento de identidade com foto e CPF;

2.2.3 curriculum vitae;

2.2.4 cópia digitalizada do certificado de conclusão do curso de superior ou de comprovante de matrícula em instituição de ensino, em conformidade com a vaga de interesse.

2.6 Os documentos deverão ser encaminhados em arquivo único, digitalizados, legíveis e em formato PDF, no período das 0h do dia 19/09/2022 às 23h59 do dia 09/10/2022 conforme orientações abaixo:

2.6.1 Acessar o site www.peticonamento.mpf.mp.br;

2.6.2 Pesquisar 1.20.000.000255/2022-48;

2.6.3 Selecionar BUSCAR;

2.6.4 Selecionar PETICIONAR;

2.6.5 Tipo de atuação: Interessado

2.6.6 Petição requer Sigilo? Sim

2.6.7 Indicar o resumo do pedido: Documentos para confirmar inscrição no II Processo Público de Recrutamento e Seleção para Prestador de Serviço Voluntário de "NOME" 2.6.8 Selecionar Petição (PDF): Selecionar o documento 2.6.9 Enviar

2.7 As inscrições são gratuitas.

2.8 O candidato que não anexar toda a documentação relacionada no item 2.6 durante o prazo estabelecido ou não comprovar os requisitos estabelecidos, não terá a sua inscrição deferida.

2.9 As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Ministério Público Federal excluir do processo seletivo aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

2.10 prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso e, nesse caso, será divulgado no site <http://www.mpf.mp.br/mt>.

III. PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1 Os formulários de inscrição preenchidos pelos voluntários serão disponibilizados ao setor solicitante.

3.2 O setor solicitante poderá convocar o voluntário para participação em entrevista pessoal e análise curricular, sendo a admissão baseada em critérios de conveniência e oportunidade.

VI. CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

4.1 O candidato selecionado será convocado, por meio telefônico ou mensagem de correio eletrônico, para adesão ao serviço voluntário, conforme sobrevierem vagas.

4.2 O candidato quando convocado deverá manifestar o interesse ou não à vaga nos 02 (dois) dias úteis subsequentes à data do recebimento da mensagem de correio eletrônico, sendo considerado desistente após este prazo.

4.3 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da falta de atualização de seus dados.

4.4 A admissão do prestador de serviço voluntário fica condicionada à realização de investigação social, que será classificada como confidencial e seu conteúdo receberá tratamento de sigilo concernente a sua classificação, nos termos da legislação em vigor;

4.4.1 A investigação social de que trata este artigo será realizada pelos setores competentes da Procuradoria da República em Mato Grosso;

4.4.2 Será reprovado na investigação social o candidato que tiver envolvimento em fatos ou atos que constituam ameaça real ou potencial ao Ministério Público Federal.

4.5 O prestador de serviço voluntário não poderá exercer qualquer atividade concomitante em outro ramo do Ministério Público, em órgãos do Poder Judiciário, na Defensoria Pública da União e dos Estados, na Polícia Militar, Civil ou Federal, na advocacia pública ou privada, assim como em seus órgãos de classe.

4.6 O prestador de serviço voluntário não poderá possuir vínculos pessoais ou profissionais incompatíveis com o sigilo necessário ao regular cumprimento das atividades.

4.7 O prestador de serviço voluntário não poderá ser lotado para atuar sob a supervisão de cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

4.8 A admissão por 02 (dois) anos, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Adesão, firmado entre a Procuradoria da República em Mato Grosso e o prestador de serviço voluntário.

4.9 Para a admissão, o candidato deverá apresentar:

4.9.1 ficha cadastral, na qual deverá constar uma foto 3x4;

4.9.2 currículo atualizado;

4.9.3 cópias dos seguintes documentos, que deverão ser conferidas com o original:

4.9.3.1 carteira de identidade;

4.9.3.2 cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

4.9.4 comprovante de residência;

4.9.5 comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais;

4.9.6 certificado de conclusão do curso superior ou de comprovante de matrícula em Instituição de Ensino, em conformidade com a vaga de interesse;

4.9.7 carteira profissional, no caso de profissões regulamentadas por conselhos de classe;

4.9.8 atestado médico comprovando a aptidão para realização das atividades;



- 4.9.9 certidões dos órgãos públicos em que tenha trabalhado nos últimos 05 (cinco) anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado de ofício;
- 4.9.10 certidões dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Eleitoral, Estadual ou do Distrito Federal e Militar, dos locais em que haja residido nos últimos cinco anos, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitado o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver;
- 4.9.11 declaração que ateste o disposto no item 4.5;
- 4.9.12 declaração de parentesco, informando se possui vínculo de parentesco com membro ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento da unidade, para cumprimento do disposto no item 4.7.
- 4.10 O Ministério Público Federal poderá solicitar outros documentos que se façam necessários em razão do local ou da atividade a ser desempenhada pelo voluntário.
- V. VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO
- 5.1 O processo terá validade de 01 (um) ano a contar da data da homologação final do processo seletivo, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso.
- VI. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 6.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no site da Procuradoria da República em Mato Grosso.
- 6.2 A jornada semanal do prestador de serviço voluntário será no mínimo de 04 (quatro) e no máximo de 20 (vinte) horas, de segunda a sexta-feira, em horários variados, alocados de acordo com critérios de conveniência e necessidade dos trabalhos executados pelo MPF.
- 6.3 O prestador de serviço voluntário não fará jus à bolsa-auxílio, auxílio-alimentação, auxílio-transporte ou qualquer contraprestação pecuniária.
- 6.4 Fica assegurado ao prestador de serviço voluntário:
- 6.4.1 a concessão de seguro contra acidentes pessoais;
- 6.4.2 a obtenção de certificado, ao final da prestação do serviço voluntário, com indicação do local ou locais onde o serviço foi prestado, o período, a carga horária cumprida e as atividades desempenhadas;
- 6.4.2.1 nos casos dos estudantes voluntários se utilizará a declaração de horas trabalhadas.
- 6.5 O serviço voluntário não gerará vínculo funcional ou empregatício e nem obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de qualquer outra natureza.
- 6.6 Aplica-se ao presente processo de recrutamento e seleção, no que couber, as disposições da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22 de novembro de 2017.
- 6.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGANANI

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O SERVIÇO VOLUNTÁRIO

INSCRIÇÃO/ DECLARAÇÃO
Solicito a minha inscrição, como voluntário(a), a fim de prestar serviços junto ao Ministério Público Federal. Declaro estar ciente dos termos da Lei nº 9.608, de 18/08/1998e da Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22/11/2017.
DADOS PESSOAIS
Nome civil completo: Nome social (se houver): Data de nascimento: Identidade (número/UF): CPF: Sexo: Identidade de gênero: Estado civil: Nacionalidade: Endereço residencial: Cidade: CEP: Telefone residencial: () Celular: () Recado (nome, vínculo e telefone): E-mail: Respondeu ou respondeu a inquérito policial, civil ou administrativo, no Brasil e/ou no exterior, até a presente data? É cônjuge, companheiro(a) ou parente até o terceiro grau civil de algum membro ou servidor desta unidade administrativa?
ESCOLARIDADE
Grau de instrução: Área de conhecimento (curso): Instituição de Ensino: Possui conhecimento na área de informática, línguas ou outras especialidades? Em caso afirmativo, especifique quais.
DADOS PROFISSIONAIS
Situação profissional atual: () Aposentado () Desempregado () Empregado () Do lar () Autônomo () Estudante Quais as suas experiências profissionais? Descreva quais as funções exercidas e em qual(is) empresa(s)/ instituição(ões): Já teve outras experiências de voluntariado? Em caso afirmativo, onde e em qual função? Por que você está interessado(a) em atuar como voluntário(a)? Para qual área gostaria e se candidatar? () PR-MT - Administração () PR-MT - Direito () PRM-Barra do Garças - Direito () PRM-Rondonópolis - Direito Quais dias da semana e turnos (manhã/tarde/) você tem disponibilidade para o serviço voluntário? É servidor(a) público(a) ou empregado(a) público(a)? Se sim, pertencente ao quadro do(a) de qual órgão? Exerce alguma atividade em outro ramo do ministério público, em órgãos do poder judiciário, na defensoria pública da união e dos estados, na polícia militar, civil ou federal, na advocacia pública ou privada ou nos seus órgãos de classe? Se sim, onde e qual?

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 11/2022. PROCESSO Nº 1.27.004.000083/2022-11. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: I. A. DE CAMPOS (LAVA JATO SÃO MATEUS). OBJETO: prestação de serviços de lavagem dos veículos oficiais da Procuradoria da República no município de São Raimundo Nonato. VIGÊNCIA: 15/09/2022 a 31/12/2022. PREÇO GLOBAL: R\$ 550,00. NOTA DE EMPENHO: nº 2022NE000154. DATA DA ASSINATURA: 15/09/2022. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Ivanildo Alves de Campo, Representante Legal, pela Contratada. APROVAÇÃO: Marco Aurélio Alves Adão, Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Contrato nº 21/2020. PROCESSO Nº 1.27.000.000873/2020-75. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: CET SEG SEGURANÇA ARMADA LTDA. OBJETO: Alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA - do contrato original, por mais um período de 12 (doze) meses. VIGÊNCIA: 02/12/2022 a 01/12/2023. DATA DA ASSINATURA: 15/09/2022. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI pela Contratante, e Alípio José de Melo Castelo Branco, Sócio Administrador, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 12/2022. PROCESSO Nº 1.27.000.000470/2021-15. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: DISTRIBUIDORA CUMMINS DIESEL DO NORDESTE LTDA. OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistema de fornecimento de energia de emergência composto por Grupo Motor Gerador (GMG) a diesel e respectivo Quadro de Transferência Automática (QTA) e Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA), instalado na Procuradoria da República no Município de Piauí, na cidade de Teresina. VIGÊNCIA: 15/09/2022 a 14/09/2023. PREÇO GLOBAL: R\$ 24.000,00. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE.

NOTA DE EMPENHO: nº 2022NE000153 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39. DATA DA ASSINATURA: 13/09/2022. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e José Luiz Miranda Junior, Representante Legal, pela Contratada. APROVAÇÃO: Marco Aurélio Alves Adão, Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria da República no Estado do Piauí.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ e a FACULDADE LEGALE -LEGALE. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 15/09/2022. LEONARDO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Procurador-Chefe da PR/PI e EDISON MALUF JÚNIOR, Sócio-Gerente da FACULDADE LEGALE -LEGALE. Processo Administrativo 1.27.000.000916/2022-84.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ e o CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL SIGNORELLI LTDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 15/09/2022. LEONARDO CARVALHO CAVALCANTE DE OLIVEIRA - Procurador-Chefe da PR/PI e HÉRCULES PEREIRA, Sócio-Diretor do CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL SIGNORELLI LTDA. Processo Administrativo 1.27.000.000966/2022-61.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / EMERJ. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 11/09/2022 a 10/09/2025. Data e assinatura: 18/08/2022. Doutor SÉRGIO LUIS PINEL DIAS, Procurador-Chefe da PRRJ e a Desembargadora Doutora CRISTINA TEREZA GAULIA, Diretora-Geral da EMERJ. Processo Administrativo: 1.30.001.004001/2022-42

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO 18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2007

ESPÉCIE: 18º Termo Aditivo ao Contrato Nº 45/2007; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.002672/2007-91; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: CARMEL INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA E RUMO CERTO INCORPORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.; CNPJ:05.382.636/00001-69 e 07.550.229/0001-49; OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira - Vigência do Contrato Originário; VIGÊNCIA: 10/12/2022 a 09/12/2023; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: LUCI LOPES INDELICATO e ALEXANDRE KIKKO; DATA DA ASSINATURA: 13/09/2022.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 28/2022. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e a FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP), mantenedora da ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - ESP; da FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA FESPSP - FADFESPSP e da FACULDADE DE BIBLIOTECOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FABCI. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 12/09/2022 a 11/09/2025. Data de assinatura: 12/09/2022. Assinam: Carla Regina Mota Alonso Dieguez, Diretora Acadêmica da Instituição de Ensino; e Cristiane Moraes Tavares, Secretária Estadual Substituta da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 30/2022. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO. Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, e o LICEU CORAÇÃO DE JESUS, mantenedor do CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO -UNISAL (RESPECTIVAS FILIAIS: UNIDADE AMERICANA - Campus Maria Auxiliadora; UNIDADE CAMPINAS - Campus São José; UNIDADE LORENA - Campus São Joaquim; UNIDADE PIRACICABA - Campus Assunção; UNIDADE SÃO PAULO - Campus Pio XI; UNIDADE SÃO PAULO - Campus Santa Teresinha). Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 15/09/2022 a 14/09/2025. Data de assinatura: 15/09/2022. Assinam: Sérgio Augusto Baldin Júnior, Reitor da Instituição de Ensino; e Cristiane Moraes Tavares, Secretária Estadual Substituta da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 4/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 1360000021220220. , publicada no D.O.U de 18/08/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA SOB DEMANDA, em sistemas fechados de TV (CFTV), com a previsão de instalação e desinstalação de equipamentos, atualização e manutenção de software, objetivando o atendimento nas Unidades do Ministério Público Federal no Tocantins, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais determinações descritas no Edital. Novo Edital: 16/09/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ne-03, Qd. 104 Norte, Conj. 02, Lote 43, Plano Diretor Norte PALMAS - TOEntrega das Propostas: a partir de 16/09/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/09/2022, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

NOEME SOUSA DA SILVA
Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas

(SIDE - 15/09/2022) 200100-02022-2022NE000001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 05/2019
CONTRATANTE: A União por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e a empresa LEITE E LIMA LTDA - ME - CNPJ nº 19.827.650/0001-33. OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato, o qual fica prorrogado por 12 (doze) meses pelo período de: 25/10/2022 a 24/10/2023 - VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 04/2019. ÓRGÃO GERENCIADOR: Procuradoria da República no Estado do Tocantins. NOTA DE EMPENHO: 2022NE000013. ELEMENTO DE DESPESA: 339039. VIGÊNCIA: 24.10.2022. SIGNATÁRIOS: Georgete Cardoso Pereira Maia, pela Contratante, Natanael Leite Lima, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOSAVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022/PGT/MPT

A Diretora de Administração homologou no dia 22/07/2022 o procedimento licitatório em referência, cujo objeto foi adjudicado à empresa FORNEC ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 15.777.004/0001-58.

Brasília - DF, 15 de setembro de 2022.
TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 18/2022/PGT/MPT

A Diretora de Administração homologou o procedimento licitatório em referência, cujo objeto assim adjudicado: Item 01 à empresa LICITOP COMERCIO E SERVIÇO EIRELI-EPP, CNPJ: 21.822.463/0001-09; Item 02 à empresa ARGOS LTDA, CNPJ nº 42.262.411/0001-03; Item 03 à empresa MARKET COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 03.656.582/0001-57; Item 04 à empresa KSA FORTE COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 21.291.860/0001-00; Item 05 À empresa VINICIUS CHAVES DOS SANTOS - EPP, CNPJ nº 05.207.424/0001-45; Item 06 à empresa KCR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 09.251.627/0001-90;

Brasília - DF, 15 de setembro de 2022.
TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 26/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 04580-2022-18. , publicada no D.O.U de 31/08/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para fornecimento de veículos executivos e operacionais institucionais, para atender demanda de transporte especializado de membros, servidores e cargas leves, em especial para as operações finalísticas do Ministério Público da União, bem como para utilização em outras atividades demandadas de suporte ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal, conforme especificações e condições descritas no edital e seus anexos Novo Edital: 16/09/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saun Qd 5 Lote c Torre A. Ed. Cnc Asa Norte - BRASÍLIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 16/09/2022 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/09/2022, às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LAURIBERTO MAXIMO ALVES
Pregoeiro

(SIDE - 15/09/2022) 200200-00001-2022NE000017

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2017; Contratante: União Federal, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região; Contratada: TK Elevadores do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 90.347.840/0045-39; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por até 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 14/09/2022, com a previsão de rescisão unilateral do contrato, tão logo seja concluída a nova contratação dos serviços de manutenção do elevador da PTM de Pelotas/RS, decorrente de processo licitatório; Local e data da assinatura: Porto Alegre, 13 de setembro de 2022; Pela Contratante: Lourenço Agostini de Andrade, Procurador-Chefe em exercício; Pela Contratada: Aline Leal e Maximiliano Szelbrackowski Antunes, representantes legais; PGEA nº 20.02.0400.0001498/2022-35.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MPT, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região e Centro Universitário do Norte de São Paulo, CNPJ: 37.165.058/0001-03. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Data da assinatura: 25/08/2022. Assinam: Dr. Dimas Moreira da Silva, Procurador Chefe da PRT 15ª Região e Profª Mª Rosângela Vieira Bianchi, Pró Reitora Acadêmica. PGEA: 20.02.1500.1909/2019-92.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022 - UASG 200106

Nº Processo: 000000656/2022 . Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de consumo (Gêneros de alimentação, Material de Expediente, Processamento de Dados, Copa e Cozinha, Proteção e segurança, elétrico e etc.) para a sede desta Regional e da PTM de Imperatriz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 63. Edital: 16/09/2022 das 09h00 às 13h00. Endereço: Av. Atlântica, Qd. 24, Lote 03. Calhau. Sao Luis/ma., Calhau - São Luís/MA ou <https://www.gov.br/compras/edital/200106-5-00011-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 16/09/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/09/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LUIS CARLOS CARDOZO CAMARA
Pregoeiro

(SIASGnet - 15/09/2022) 200106-00001-2022NE000001

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO Nº 35/2022

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 041.635/2021-3. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de peças componentes da central de ar-condicionado, de marca LG, incluindo garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, para a Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro - SEC-RJ, conforme especificações anexas ao edital. Ressalto que o Item 1, objeto deste pregão, é composto por 28 SUITENS que estão descritos no Anexo II - Especificações Técnicas, 2. Das Especificações

NATHALIA BALDEZ DOROTEU
Pregoeira

(SIDE - 15/09/2022) 030001-00001-2022NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2022 - UASG 30001

Nº Processo: 041.635/2021-3. Objeto: Aquisição de peças componentes da central de ar-condicionado, de marca LG, incluindo garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, para a Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro - SEC-RJ, conforme especificações anexas ao edital. Ressalto que o Item 1, objeto deste pregão, é composto por 28 SUITENS que estão descritos no Anexo II - Especificações Técnicas, 2. Das Especificações. Total de Itens Licitados: 1.

